

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO DA TERCEIRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF.

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª/ISR
DOC. Nº 32413
Recebido em 29/08/13
Ass: [assinatura] HS
Rúbrica: [assinatura]

**Concorrência Pública nº 19/2013**

- Objeto - Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de engenharia e fornecimento de materiais para execução do projeto de automação dos Perímetros de Irrigação Apolônio Sales e Barreiras, integrantes do Sistema Itaparica, localizado nos municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco.

**VECTOR SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA.**, sediada na Rua Izolina Geminiani Rosa, 2138 - Jardim Amélia, no município de Americana/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 65.688.111/0001-88 e na IE nº 165.109.718.111, já qualificada nos autos do presente Processo de Licitação - Concorrência Pública nº 19/2013, por seu representante que ao final assina, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto por **AUTOMIND - AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA.**, também já qualificada, com fundamento no §3º, do Artigo 109, da Lei 8666/93, opor, no prazo legal, **IMPUGNAÇÃO AO RECURSO**, pelas razões abaixo:

Escorreita, justa e acertada a r. decisão pela desclassificação da Recorrente, não merecendo, portanto, reforma ou ajustes.

A administração do patrimônio público exige do gestor um cuidado especial, pois, como assim bem tratou o Nobre Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, o gestor não detém a titularidade dos bens e interesses públicos, que pertence apenas ao Estado.

Assim, em que pese não seja possível a total abstração conceitual ao encontro do verdadeiro conteúdo da regra, apenas existente no plano das ideias, fato é que o interesse público não deve e não pode sofrer deformações voltadas à concretização de interesses pessoais como almeja a Recorrente.

De forma simples, então, a impessoalidade e a função social do processo de licitação impõem a todos os licitantes a necessária aplicação de regras, garantindo-se que o interesse público seja alcançado em respeito à necessária isonomia.

Não há, portanto, espaço para conjecturas pessoais, tampouco devem ser considerados os argumentos lançados pela Recorrente que, ciente de sua impotência frente a seriedade e cediça capacidade técnica dos membros que compõem a comissão licitante, lança, sem direção e respaldo lógico, argumentos confusos e desconexos dos princípios norteadores do procedimento em liça, almejando, não esclarecer, mas sim confundir, para o alcance de seus objetivos que, infelizmente, são díspares daqueles inerentes ao interesse público que deve sempre se preservado.

O bom senso não pode ser confundido com "meu senso", sob pena de se caracterizar evidente desvio de finalidade contaminando o ato e prejudicando o interesse mais caro, o público.

A proposta apresentada pela Recorrente desrespeita o estabelecido como regra no instrumento convocatório e, por isso, malgrado quaisquer argumentos, ainda que interessantes, dada a sua evidente intensão de confundir, não deve ser aceita ou considerada.

### **Dos Fatos**

Reitera-se que a decisão pela desclassificação da Recorrente foi acertada e correta.

O item 8.5.6. do Edital estabelece de maneira objetiva, direta e absolutamente clara que não seriam aceitas propostas cujos valores dos preços unitários fossem superiores aqueles constantes na planilha orçamentária da CODEVASF.

Assim, dispõe o Edital:

**8.5.6. Não serão aceitos preços unitários superiores os valores unitários da planilha orçamentária da CODEVASF, ainda que o valor global da proposta seja inferior ao valor global orçado pela CODEVASF.**



Não há qualquer dificuldade hermenêutica em relação ao conteúdo do item acima que objetiva, justamente, evitar o malfadado "jogo de planilha e valores."

Não se discute ter a Recorrente apresentado o preço mais baixo, porém, sua proposta somente alcançou o valor em questão em virtude da utilização inadequada e ilegal do mencionado artifício denominado "jogo de planilhas e valores".

Observa-se pela proposta apresentada pela Recorrente, que os valores lançados eram distribuídos de forma a desvalorizar alguns produtos e supervalorizar outros, com o objetivo precípuo de se alcançar um orçamento final mais baixo, mesmo que em desfavor do interesse público. Tal atitude, evidentemente, gera sérios riscos de inexecuibilidade à proposta, pois, certamente, os produtos cujos valores foram considerados a menor não poderiam ser encontrados no mercado pelo preço ofertado, bem como aqueles cujos valores foram lançados a maior, por representarem mais do que o limite de preço estabelecido no Edital, ofendem o interesse da administração.

Não deve prosperar o argumento de que o valor global da proposta da Recorrente, por estar abaixo do valor orçado pela CODEVASF, deve ser considerado vencedor, pois há expressa disposição no Edital prevendo e proibindo justamente o que pretende tornar válido a Recorrente.

Nesse sentido, o Edital é expresso ao vedar que os preços unitários sejam superiores aos constantes no orçamento referência, **ainda que o valor global seja inferior.**

Como muito bem afirmado pela Recorrente, os processos de licitação devem observar estreita relação com os princípios basilares enraizados em nosso ordenamento e estabelecidos em nossa Constituição.

Assim, a lisura, a probidade e outros tantos importantes brocados bem desenvolvidos pela Recorrente em suas alegações, devem mesmo e de forma rija serem aplicados ao caso em tela.

Nesse passo, a alegação, em confissão pela Recorrente, de que não poderia ser desclassificada por descumprir o estabelecido no Edital é no mínimo incoerente, pois ofende justamente tudo aquilo que se busca preservar pela observância dos princípios basilares.

**A Recorrente expressamente confessa ser conhecedora das regras e confessa, ainda, que voluntariamente não as observou.**

Não se discute a maior ou menor disparidade existente entre os valores globais apresentados pelas concorrentes, pois o que está em questão é somente o mais importante, a honestidade frente à necessidade de isonomia e segurança no procedimento.

Infelizmente, regras existem para serem quebradas e, por isso a norma deve sempre ser aplicada, de forma a se garantir o interesses social maior em relação à malícia e astúcia do interesse particular.

A mera afirmação, sem respaldo e sem lastros, no sentido de que a Recorrente teria cumprido o Edital ao ostensivamente descumpri-lo é absurda, ofendendo até aqueles não afeitos aos conhecimentos jurídicos mínimos. Fere a lógica.

Compreende-se a tentativa da Recorrente, pois, tendo em vista a escassez de fundamentos é evidente que apenas se utiliza do presente procedimento recursal como tábua de desespero e último grito.

A Recorrente, ainda, em seu recurso, tenta confundir a Comissão valendo-se dos termos CUSTOS UNITÁRIOS e PREÇOS UNITÁRIOS.

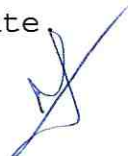
Observa-se, porém, que não foram os CUSTOS UNITÁRIOS os motivadores da desclassificação da proposta da Recorrente, mas SIM OS PREÇOS UNITÁRIOS, resultantes da inclusão de todos os custos unitários e aplicação do BDI na sua composição.

A Proposta Financeira, conforme Edital deve ser firme, precisa e limitada rigorosamente ao objeto da licitação, sem conter alternativas.

O item 6.5.5 do Edital dispõe que todos os custos devem compor o preço unitário, assim:

6.5.5. Os preços unitários propostos deverão contemplar toda mão-de-obra necessária para a efetiva execução dos serviços, fornecimento dos materiais, transporte de equipamentos, materiais e pessoal, despesas financeiras, custos diretos e indiretos que incidam sobre cada serviço, inclusive lucro. No caso de omissão considerar-se-ão como inclusas nos preços.

Há expressa confissão acerca da irregularidade da proposta apresentada pela Recorrente





Impertinente, inadequado e irrelevante o ultimo argumento lançado pela Recorrente que tenta ignorar o Edital para transmutar em válida sua proposta.

O Edital é válido, formal e materialmente legal e atendo todos as condições estabelecidas em nosso ordenamento. Fosse a intenção da Recorrente questionar a validade do regramento estabelecido, deveria tê-lo feito em outro momento. Há evidente preclusão.

Importante salientar que, maliciosamente, a Recorrente tenta confundir a Comissão ao afirmar que recebeu parecer jurídico favorável. Não é verdade e tal artifício beira a litigância de má-fé, comprovando as intenções sinuosas da Recorrente.

Segue o trecho mencionado pela Recorrente:

Conforme Parecer da 3ª AJ às folhas 1146 a 1148, por consulta desta Comissão, em citação ao Acórdão 966/2013 do TCU (Plenário), nos foi informado que "(...) De fato, a utilização de BDI em percentuais superiores àqueles eventualmente fixados em determinado Acórdão do TCU pode ser compensado por preços inferiores obtidos nos custos dos serviços (...)" (grifo nosso). A empresa AUTOMIND AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. não compensou o BDI superior ao da Codevasf, nas suas composições de preços unitários (custos). Em desacordo ao item 8.5.6. do Edital, a AUTOMIND AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. apresentou preços unitários de sua planilha de venda acima dos preços unitários da Codevasf para os itens 1.1 e 1.2.

Pela mera leitura, facilmente se constata que não houve parecer jurídico favorável, mas sim afirmação expressa de descumprimento, justificando-se a desclassificação.

Plenamente impugnados todos os argumentos lançados pela Recorrente, demonstrando-se ter sido acertada a decisão pela sua desclassificação.

Sobre as licitações em geral e a análise das propostas nelas inseridas podemos destacar os dispositivos da Lei n.º 8.666/93:

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento

convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

"Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle".

"Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação".

Incontroverso, portanto, que a decisão acerca da melhor proposta não pode inovar o estabelecido no instrumento convocatório, sob pena de prejuízo à isonomia, caracterização de desvio de finalidade e não atendimento ao real interesse social.

O objeto licitado, então, deve observar a real necessidade, não podendo ser substituído, ainda que por similares, quando não ostentem estes todos os requisitos exigidos no Edital.

Nada está definido no instrumento convocatório por deleite, sendo que todos os requisitos possuem importância em razão da segurança, da efetividade, da praticidade e da necessária eficiência.

Nestes termos, todas as afirmações existentes no recurso apresentado corroboram com as alegações da Impugnante e, tendo em vista não ter a Recorrente apresentado qualquer meio hábil a desqualificar o acertado julgamento, requer-se seja o presente recurso julgado IMPROCEDENTE em sua integralidade.



É o que se requer, posto tratar-se de medida da  
mais lúdima, insofismável e esperada Justiça.

Termos em que  
Pede deferimento.

Americana/SP, dia 28 de Outubro de 2013.

**VECTOR SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA.**

  
**Milton Martins Filho**  
**Representante Legal**  
VECTOR SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA

**RECIBO PELA 3ª SL**  
EM 29/10/13 às 14 hs 30  
  
RÚBRICA <